



O PROFESSOR IDEAL A PARTIR DO PROFESSOR REAL¹

José Albos Rodrigues

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Resumo: Nos últimos anos temos presenciado uma forte ênfase nas políticas educacionais e propostas curriculares por um ensino mais significativo e emancipador, que permita ao educando transitar pelos diferentes contextos sociais, atuando de forma ativa e participativa, nas demandas da sociedade. Destacam-se neste cenário educacional, os documentos prescritivos legais voltados para o ensino escolar, responsáveis por nortear a prática pedagógica do professor em sala de aula. Este visa traçar um ideal de professor que nem sempre se faz presente nas instituições de ensino. Frente a esta assertiva, o presente estudo tem por objetivo tecer algumas considerações sobre uma nova abordagem de ensino, destacando a relevância da avaliação contínua na prática de ensino, a metodologia do professor e o uso de instrumentos tecnológicos que auxiliem o agir docente em exercício. Como procedimentos metodológicos, foi desenvolvido um estudo teórico de documentos legais que discorrem sobre a avaliação contínua, metodologia de ensino e instrumentos tecnológicos no processo de ensino e um estudo de campo refletindo sobre a experiência de um professor acadêmico da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG., descrições de um professor real. Os resultados apontam para a necessidade de uma metodologia eficaz e diferenciada, a adoção de instrumentos tecnológicos no processo de ensino, e uma avaliação contínua realizada pelo professor e aluno, ancorando os processos de planejamento e sistematização das atividades e possibilitando uma aprendizagem significativa e dinâmica para o educando.

Palavras Chave: prática de ensino; abordagem reflexiva; professor ideal; professor real.

Introdução

Por muitos anos no cenário escolar acreditou-se que os métodos e metodologias cristalizadas de professores são perfeitas e plenamente capazes de avaliar a qualidade da educação e aprendizagem do ensino ministrado. Recentemente, contudo, têm-se

¹ Trabalho desenvolvido no percurso da disciplina Instrumentos Tecnológico no Ensino de Matemática (ITEM), contando com a colaboração da aluna Evany da Silva Gonçalves do curso de Pedagogia (UFCG) no processo de sistematização e elaboração do presente texto.



despendido investimentos na busca de novas concepções de ensino e aprendizagem, que demarcam a insatisfação destas metodologias cristalizadas, reforçando os esforços que, embora ainda não tenham se realizado de modo eficaz nos espaços escolares, refletem a busca por mudanças necessárias na prática de ensino.

Neste opaco cenário, as pesquisas e investigações científicas evidenciam a necessidade de abordagens reflexivas, caracterizadas pelo professor e ensino reflexivo. Estas, embora sejam objeto de interesse de educadores e pensadores desde os anos 1933², só ganha destaque no Brasil a partir dos anos 1990, frente às insatisfações e fragilidades do ensino educacional brasileiro, conforme ressalta Coracini (2003).

Tomada como referência na elaboração de políticas educacionais brasileiras, a abordagem reflexiva influenciou de modo significativo na elaboração de documentos legais brasileiros, que tecem consideráveis reflexões sobre as propostas curriculares e metodologias de ensino do professor em exercício.

Pensando sobre tal realidade, nos propomos a discutir um pouco sobre o perfil do professor ideal demarcado nos documentos legais e estudos desenvolvidos recentemente, discorrendo sobre a metodologia, avaliação e uso de instrumentos tecnológicos que auxiliem o trabalho docente.

Para tanto, o presente estudo está organizado conforme as seguintes seções: a) abordagem reflexiva: metodologia de ensino, avaliação, e instrumentos tecnológicos na prática docente, b) Avaliação contínua em documentos legais: implicações de um olhar reflexivo; c) o professor ideal x o professor real: experiências de um educador em exercício.

1. Abordagem reflexiva: metodologia, avaliação, e instrumentos tecnológicos na prática docente

2 Ver Coracini (2003).



Contrárias aos princípios behavioristas de ensino que prevaleceu por anos nas metodologias de professores e acadêmicos e que pouco consideravam os conhecimentos e experiências do educando no processo de construção de conhecimento, as abordagens reflexivas defendem um novo olhar sobre a metodologia, avaliação e instrumentos de ensino no espaço educacional.

Caracterizada como capacidade de pensar e/ou refletir sobre uma ação ou atividade desenvolvida em situações reais de ensino, a abordagem reflexiva ganhou destaque nas pesquisas e propostas educacionais brasileiras nos anos de 1990, frente aos problemas educacionais de analfabetismo e evasão escolar³.

Esta, defendida nas propostas e fundamentos de Vigotsky, desde os anos 1933, é tomada como objeto de discussão nas propostas de formações docente e continuada, bem como nos documentos prescritivos voltados para o ensino. Nestes, a concepção de ensino adotada contrapõe-se a atualmente definida como behaviorista e/ou tradicional, caracterizada por uma metodologia centralizada no professor – detentor do saber, responsável pela transmissão do conhecimento pré-definidos em currículos elaborados por instancias superiores, desconsiderando a diversidade cultural e sócio histórica de cada sociedade. O método de avaliação adotado se limitava aos resultados obtidos no produto final – geralmente caracterizado pela aplicação de testes e provas orais e escritas, desconsiderando o processo de ensino vivenciado no percurso escolares e extraescolares. E os instrumentos de ensino, em sua regra habitual, limitava-se a presença do quadro negro na parede da sala de aula e ao uso do giz e apagador. Todo conhecimento era repassado em aulas expositivas, desconsiderando a presença de outros meios e instrumentos facilitadores da mediação e aprendizagem.

3 Segundo as autoras Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), “os números denunciam que, em 1990, 17,7 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais eram analfabetos. E mais: em 1989, 14% das crianças em idade escolar estavam fora da escola.” (p.14).



Nos fundamentos desta nova abordagem, merece destaque a concepção de ensino aprendizagem, definidos como processo, sob o qual apreende e ensina-se concomitantemente. Logo, os conhecimentos e experiências do aprendiz são considerados fundamentais no planejamento e sistematização das atividades propostas, O currículo deve ser pensado a partir dos interesses do educando e das habilidades que este precisa desenvolver para atuar de forma ativa na sociedade e constituir-se como cidadão pleno. A avaliação defendida está pautada numa perspectiva contínua, levando em consideração todo o percurso e vivências do educando em sala de aula. E, por fim, os diversos instrumentos tecnológicos que merecem ser contemplados na prática de ensino.

Nas políticas educacionais, nos deteremos a discorrer sobre a avaliação contínua, defendida por esse olhar reflexivo, adotada na LDB9.394/96, PCNs, DCNs. Estes instituem e orientam diversas propostas de ensino destinadas a professores e profissionais da educação que merecem ser contempladas nos espaços formativos - escolares e acadêmicos.

2. Avaliação contínua em documentos legais: implicações de um olhar reflexivo

Nas políticas educacionais, a avaliação contínua ganha destaque nas leis e documentos orientadores do trabalho educacional. Nos ocupamos nesta seção a discorre sobre o lugar da avaliação nos documentos legais que orientam o ensino educacional.

Destaca-se como ponto de partida a Lei de Diretrizes e Base para a Educação Nacional Brasileira (LDBEN) nº 9.394/96 instituída em 1996, na qual estabelece que a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

verificação do rendimento escolar ocorrerá considerando os seguintes critérios previstos no artigo 24, inciso V

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 1996).

Conforme estabelece o inciso V- *a*), a avaliação deve se sobressair sobre os aspectos qualitativos e resultados ao longo do processo em detrimento dos aspectos quantitativos e eventuais provas finais. Ela também permite rever e/ou refletir sobre os resultados e promover situações de ensino que visem superar dificuldades e possíveis atrasos no processo de aprendizagem.

Em documentos legais como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Diretrizes Curriculares Nacionais, a avaliação se apresenta como reflexão contínua sobre a prática desenvolvida pelo professor. No documento PCNs, destaca-se

A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno (...) A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo (BRASIL, 1997, p.55).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Posicionando-se sob uma perspectiva reflexiva sobre o processo de ensino, a avaliação assumida no documento ainda defende a que esta deve ocorrer de modo sistemático “durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não somente após o fechamento de etapas do trabalho, como é o habitual” (p.55).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da educação básica a avaliação da aprendizagem, dentre outros aspectos, se fundamenta na LDB, conforme salientado nos artigos 24⁴ e no Conselho Nacional de Educação, destacando que

[...] a avaliação da aprendizagem escolar é analisada, recomenda, aos sistemas de ensino e às escolas públicas e particulares, que o caráter formativo deve predominar sobre o quantitativo e classificatório (BRASIL, 2013, p.52).

Posicionando-se, portanto, contra os princípios normatizados das teorias tradicionais de ensino já sinalizados neste estudo. Com isso, buscou-se destacar um aspecto de fundamental importância na avaliação contínua, que não está voltado para as atividades do professor – a avaliação do aluno sobre a metodologia do professor. Este é um dos aspectos que motivou o desenvolvimento deste estudo, tomando-se como respaldo as possíveis considerações do aluno frente à metodologia e processo avaliativo desenvolvido por este profissional, mediador dos saberes e conhecimentos no espaço formativo.

3. O professor ideal x o professor real: experiências de um educador em exercício.

Considerando o ideal prescrito nos documentos legais acerca do professor tão esperado nos dias atuais e das críticas tecidas aos professores reais, responsabilizados,

4 Além deste, acrescenta o artigo 31 voltado a educação infantil, portanto – estabelecendo que, nessa etapa, a avaliação será realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo em se tratando de acesso ao Ensino Fundamental



muitas vezes pelo insucesso escolar e educacional, não podemos generalizar e negar que exceções, possam existir neste cenário.

Nesta seção apresentamos, portanto, os relatos de uma metodologia diferenciada no processo de ensino aprendizagem desenvolvido por um professor universitário nos cursos de Engenharia e de Administração ministradas no período de 2005 a 2013, descrevendo uma avaliação docente em que o educando ocupa lugar central, visando facilitar reflexões sobre esse olhar avaliativo do aluno implicado nas propostas de avaliação a ele submetida.

3.1 valiação docente: o aluno implicado no processo

Embora nos relatos de diversas iniciativas da indagação acadêmica se encontre a afirmação de que não existe o professor ideal, buscou-se conhecer o que alunos jovens universitários pensam sobre o assunto, a fim de se conceber e desenvolver uma metodologia que viabilize uma melhor análise de tal afirmação, ouvindo-se os próprios educandos.

Com esse fim foi realizada uma pesquisa ao longo de vários anos com alunos de diversos cursos de Engenharia e de Administração da UFCG, a maioria dos quais se encontrava entre o primeiro e o terceiro semestres letivos, ou seja, há no máximo um ano e meio de ingresso na universidade; e que cursava disciplinas introdutórias de informática.

A pesquisa foi realizada mediante a aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas que possibilitaram a expressão do pensamento dos alunos sobre o perfil do professor ideal. Ao primeiro dia de aula, foi solicitado que eles traçassem as características do professor ideal, mediante perguntas abertas, as quais foram analisadas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

e utilizadas para a elaboração de um outro questionário, por meio do qual o aluno avalia o grau de importância do perfil traçado por todos os seus colegas. A tabulação dos dados deste questionário possibilita a homologação do perfil de um professor ideal para o conjunto de alunos da turma, de forma que se percebe o perfil do professor ideal para aquela turma.

Este questionário é aplicado em dois momentos, sendo o primeiro no início do período letivo e outro próximo ao final, porém, antes que se encerrem as atividades de avaliação da disciplina, a qual foi feita utilizando avaliação contínua reflexiva e significativa.

A partir daí é realizada uma comparação entre o perfil do professor ideal traçado pela turma e a avaliação que a mesma faz do professor de Informática à luz do perfil padrão homologado pela turma. A utilização dessa metodologia ao longo de vários anos possibilitou aperfeiçoamentos e ajustes que contribuíram para a consolidação da mesma, o que viabilizou a obtenção de várias evidências sobre diversos aspectos que permeiam a avaliação docente quando é feita pelo aluno.

Em análises realizadas nos dados obtidos através dos questionários bem como na dinâmica de avaliação contínua do aluno, encontrou-se evidências de que só é possível se obter um perfil realista e significativo do professor ideal se o aluno estiver sob a égide de uma metodologia de avaliação contínua e reflexiva que dê liberdade e capacidade para sentir-se parte integrante da construção e da avaliação da sua aprendizagem.

Assim, ao conseguir visibilizar como se dá a própria aprendizagem, o educando estará livre para avaliar o professor, porque este deixa de ser visto como professor, passando a ser considerado alguém que expressamente deseja dar a liberdade e as condições para o pleno exercício de uma educação de qualidade, isenta dos efeitos nocivos das abordagens e dos métodos de avaliação tradicionais.



Esta iniciativa buscou um diálogo entre os agentes envolvidos mais diretamente na avaliação da educação e possibilitou uma expressiva elevação no desempenho dos alunos, quando avaliados pelo método tradicional, aumentando significativamente o número de alunos aprovados nas disciplinas de Informática, obtendo-se, inclusive, aumento da média geral da turma, reduzindo a quase zero do número de evasões, se comparados com os dados obtidos por métodos tradicionais, os quais são, segundo os alunos submetidos a este novo método, opressores, coercivos, e, acima de tudo injustos.

Ao capacitar o educando para se sentir implicado no processo, nota-se uma mudança nas suas expectativas em relação ao professor. Neste tocante, o educando valoriza mais um professor que sabe mediar a sua aprendizagem do que um que tem elevado domínio sobre o assunto mas não sabe conduzi-lo à capacidade de avaliar a sua aprendizagem e, por conseguinte, o professor que a mediou.

É mister considerar o fato de que, quando se envolve o educando no processo de avaliação do mesmo, elimina-se a existência de alguém que o avalia sob métodos próprios (do professor), alheios à participação dele e, neste caso, o educando consegue encontrar o professor ideal no professor real, dotado daquilo que ele e seu grupo definiu como professor ideal. Assim, ao se tentar sondar o que a turma pensam sobre o professor ideal, acaba-se chegando a um professor real segundo o perfil que ela mesma traçou à luz de seus desejos e necessidades expressos e comparados.

Considerações finais

Cabe destacar que o ensino de informática nos primeiros semestres dos cursos de engenharia se dá mediante a oferta de disciplina na qual se matricula um numeroso público (cerca de quinhentos alunos), constituindo diversas turmas que são oferecidas por vários professores, sendo que esta metodologia foi aplicada por um único professor,



porém em todas as turmas a ele alocadas, obtendo-se, em todas as turmas alvo, os mesmos resultados, os quais diferem radicalmente dos resultados alcançados nas turmas nas quais o método aqui descrito não foi adotado.

Constatou-se que há muito o que se fazer, ainda, para se obter uma metodologia consolidada que sirva de base para se ter uma educação de qualidade. Verificou-se, também, que, embora o docente seja considerado fator de elevada relevância para a qualidade da educação, não se tem difundidos na literatura métodos voltados para uma avaliação docente feita pelo educando e demais atores sociais do processo educacional.

Análises e ajustes efetuadas na metodologia aqui apresentada revelam que esta dinâmica educacional possibilita ao educador extrair lições extremamente úteis para tornar a sua prática pedagógica firmada em princípios que contemplem as necessidades dos principais atores sociais do cenário educacional, que são: o educando, a sua família e a sociedade; esta, entendida como sendo fruto daquela.

Ressalta-se a necessidade de se aplicar os princípios adotados nesta metodologia a diferentes perfis de educando e capacitar educadores e interessados para um repensar a respeito da avaliação docente em consonância com a avaliação da qualidade da educação.

Referências

ÁLVARO MÉNDEZ, J. M. **Avaliar para conhecer examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PAIVA, L. F. R de. O emprego da avaliação emancipatória na universidade. In: FELTRAN, R. C. S (org.) **Avaliação na educação superior**. Campinas: Papirus, 2002. (coleção magistérios: formação e trabalho pedagógico).

SANTOS, C. R. **Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática**. São Paulo: Avercamp, 2005.

SCARON, G. Concepções de Língua e Reflexos na Prática do Professor. In: **Manual de redação da PUCRS**. 2005. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/manualred/textos/texto7.php>>. Acesso em: 15/jul./2015.

XAVIER, M. E, S. P.; RIBEIRO, M. L. ; NORONHA, O. M. História da educação: a escola do Brasil. São Paulo: FTD, (Coleção Aprender e Ensina). 1994.